



## **A Comunicação em Áreas de Proteção Ambiental – o caso da APA da Lagoa Encantada, em Ilhéus - Bahia<sup>1</sup>**

ALBUQUERQUE, Eliana C. P. Tenório de<sup>2</sup>; ROCHA, Marlúcia Mendes da<sup>3</sup>;  
OLIVEIRA, Rodrigo Bomfim de<sup>4</sup>

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

### **Resumo:**

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas de comunicação das Áreas de Proteção Ambiental, tendo como referência a APA da Lagoa Encantada, localizada na zona rural de Ilhéus, sul da Bahia e que tem um jornal impresso como principal instrumento para mobilização, informação e educação das populações. Foi investigado se este veículo atinge o receptor no sentido de torná-lo um agente da proteção ambiental e da sustentabilidade, conforme pretendido pelos gestores da APA e como ele recebe, decodifica e transforma as mensagens em ações. Foram investigados os objetivos dos responsáveis pelo projeto comunicacional e, através de entrevista com 410 moradores das 12 localidades que compõem a APA, chegou-se aos resultados dessas estratégias e às complexidades que envolvem a relação da comunicação com a educação ambiental.

### **Palavras-chave:**

Comunicação Ambiental; Jornalismo Ambiental; Educação Ambiental.

### **Introdução**

A criação das Áreas de Proteção Ambiental no Brasil, assim como as demais Unidades de Conservação, foi regulamentada pela Lei nº 9.985, em julho de 2000. Esta Lei, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabeleceu quais os tipos de UCs<sup>5</sup> podem existir, suas finalidades e requisitos para formação.

O Estado da Bahia já contava, então, com a existência de suas primeiras Áreas de Proteção Ambiental (APA), criadas a partir da década de 90, por iniciativa do governo estadual e alguns governos municipais, na tentativa de garantir a conservação do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica e Ambiental - NCCA

<sup>2</sup> Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque é graduada em Jornalismo, mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; professora do curso de Comunicação – R/TV da UESC, onde coordena a área de som; da FTC de Itabuna, onde coordena os cursos de Jornalismo e Publicidade; professora dos cursos de Contabilidade e Administração da Faculdade de Ilhéus, Bahia.

<sup>3</sup> Marlúcia Mendes da Rocha é graduada em Letras, mestre em Teatro e doutoranda em Comunicação pela PUC-SP; professora do curso de Comunicação-R/TV da UESC e dos cursos de Contabilidade e Administração da Faculdade de Ilhéus, Bahia.

<sup>4</sup> Rodrigo Bomfim de Oliveira é graduado em Jornalismo e Publicidade, mestre em Cultura e Turismo; professor do curso de Comunicação-R/TV da UESC, onde coordena a área de imagem; professor dos cursos de Jornalismo e Publicidade da FTC de Itabuna e de Jornalismo da FACSUL, Itabuna, Bahia.

<sup>5</sup> As UCs de Proteção Integral são: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio da Vida Silvestre. Já as UCs de Uso Sustentável são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (ALBUQUERQUE, 2004)



patrimônio natural e desenvolver atividades econômicas, tendo como prioridade o turismo, considerado a vertente capaz de atrair novos investimentos (BERENSTEIN, 2002).

Para facilitar esta atividade, a Bahia inseriu-se no Programa de Desenvolvimento Turístico Integrado do Nordeste (PRODETUR), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida dos governos estadual e municipal.

O projeto de implantação do Programa, formulado em 1997 pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, previu a criação de Complexos Turísticos Integrados, denominados de “*Costas da Bahia*”. Assim, estabeleceu-se que, para criar as condições infraestruturais adequadas ao desenvolvimento turístico, seriam criadas as primeiras seis APAs do Estado, todas no litoral. E assim foi feito.

Na zona turística denominada como “*Costa do Cacau*”, que compreende os municípios de Ilhéus, Itacaré, Canavieiras e Una, foram instaladas duas APAs: a de Itacaré-Serra Grande, em 7 de junho de 1993, e a da Lagoa Encantada, situada no litoral norte de Ilhéus, em área de 118 quilômetros quadrados, onde mora uma população de 23.778 habitantes (SEI, 2004), distribuída entre dois distritos (Castelo Novo e Aritaguá), cinco povoados (Sambaituba, Campinhos, Urucutuca, Ribeira das Pedras e Laranjeiras) e cinco vilas (Vila Olímpio, Vila de Areias, Vila Juerana, Vila Jóia do Atlântico e Vila Mar e Sol). As três últimas vilas ganharam maior visibilidade para o turismo após a construção da rodovia BA-001, que liga Ilhéus a Itacaré. As demais localidades continuam distantes dessa perspectiva, uma vez que estão separadas da rodovia pelo Rio Almada, tendo seu acesso dificultado por estradas vicinais de barro e cascalho.

A APA da Lagoa Encantada foi criada em 15 de junho de 1993, por decreto municipal assinado pelo então prefeito Antônio Olímpio Rhem da Silva, que pretendia, entre outras coisas, restringir a pesca predatória, o desmatamento, recompor a mata ciliar no entorno da Lagoa e criar uma legislação especial, dando incentivos fiscais para os proprietários de terras que investissem na recomposição ambiental desses locais (informação verbal)<sup>6</sup>. O projeto inicial incluía a utilização de “um plano diretor ecológico para Vila de Areias, povoado situado nas margens da Lagoa Encantada, onde deveria ser feito pavimentação e asfaltamento em alguns trechos da estrada de acesso”, o que facilitaria o fluxo turístico e a vida dos moradores, praticamente isolados da sede

---

<sup>6</sup> Informação prestada pelo ex-prefeito Antônio Olímpio em 5 de julho de 2004.



do município e demais localidades vizinhas. Pretendia-se ainda fazer dali um berçário natural para espécies de peixes e crustáceos em extinção no local, o que, segundo o ex-prefeito, não surtiu efeito devido à falta de fiscalização e de políticas públicas capazes de promover a conscientização ambiental entre as populações locais e turistas (idem).

As características da população da APA da Lagoa Encantada, as formas de comunicação utilizadas para fomentar a Educação Ambiental neste entorno e os resultados deste processo são os objetos dessa pesquisa.

Para respondê-los, inicialmente foi observado o funcionamento da APA, quem e como a dirige, suas atividades e objetivos explícitos e implícitos. Foram realizadas entrevistas com seus administradores, parceiros e representantes das entidades que compõem o Conselho Gestor. Em seguida – e constatado que o Conselho Gestor da APA aponta a comunicação impressa como principal sustentáculo para a educação ambiental – identificou-se que processos comunicacionais são usados para este fim. Foi constatado que todo ele está restrito exclusivamente à edição de um jornal impresso, o *‘Em Cantos da Lagoa’*: tablóide de 12 páginas, em policromia, com textos grandes e compostos em corpos 8, 9 ou 10, poucas fotografias ou ilustrações, títulos em corpo pequeno e sem padrão no tipo de letra, além de ser redigido em linguagem semi-acadêmica.

Com este material em análise, o próximo passo foi ouvir a população local. Para isso, foram aplicados 410 questionários semi-estruturados através de entrevistas – uma vez que as pessoas diziam não saber ler e escrever – tomando como base o número de moradores de cada localidade. Os dados obtidos, confrontados com a análise do trabalho comunicacional realizado pelo conselho Gestor da APA e ONGs envolvidas, apontou para as respostas pretendidas.

### **Beleza versus pobreza**

A vida nas localidades que compõem a APA da Lagoa Encantada é semelhante. Donas de natureza exuberante, com paisagens onde se encontram rios, mar, a Lagoa Encantada e suas diversas cachoeiras, manguezal e Mata Atlântica, não contam com a mínima infraestrutura, o que diminui muito a qualidade de vida das populações.

Conforme pesquisa de mestrado de Albuquerque (2004), 100% das casas não contam com saneamento básico e as populações utilizam a água de rios ou poços para atender às suas necessidades diárias como tomar banho, fazer a comida, lavar roupas e pratos, entre outras.



Quase a metade das casas (42,4%) não possui sanitário ou banheiro e o serviço de esgoto, quando existe, é feito artesanalmente, através fossas caseiras construídas com pneus, bambu e tijolos.

36% das moradias têm cozinha ao ar livre e 66% usam fogões à lenha em razão do preço do gás, considerado alto para o que ganham (87% das famílias vivem com menos de R\$400,00/mês). 43% delas têm geladeira e a água de beber, em 76%, é aparada da chuva, em tonéis e panelas, sendo que apenas 34% possuem filtros caseiros, por onde repassam a água aparada. Essa prática faz com que uma grande quantidade de pessoas esteja contaminada por verminoses e doenças de diversos tipos, como a esquistossomose.

A renda da maioria dos moradores vem de prestações de serviços ou da pesca/agricultura de subsistência e 56,3% do total não trabalha. São donas de casa (21,7%), estudantes (2,6%) ou desempregados (32%).

As localidades recebem atendimento médico uma vez ao mês e não têm escola para atender a todas as crianças e adolescentes, que precisam se deslocar muitos quilômetros para estudar. Isso ocorre principalmente com os que concluem o primeiro grau, uma vez que aí o ensino só é oferecido até a quarta série.

Outra característica das escolas é o estranho sistema de rodízio, onde alunos de todas as séries do primeiro grau têm aulas ao mesmo tempo, numa única sala e com a mesma professora. As aulas duram 3 horas, em 4 turnos de revezamento.

O transporte é insuficiente para atender à demanda, tanto no que se refere à quantidade de veículos quanto aos horários em que estes circulam. Além disso, as estradas de acesso às localidades estão destruídas por lama e buracos e os moradores precisam transportar mercadorias a pé e/ou sobre animais (*idem*).

No caso específico do povoado de Areias, situado nas margens da Lagoa Encantada, a estrada torna-se intransitável quando chove (JORNAL TERRA MORENA, 2002) e a população só pode se locomover de barco, através do rio Almada. O problema maior é o assoreamento acentuado do rio, que impede a passagem das embarcações na maré baixa, deixando-os praticamente isolados (JORNAL DA APA, 2002).

Em todos os distritos e povoados há algum tipo de organização através das associações de moradores, grupos de jovens, igrejas ou times de futebol. Essas entidades cumprem também o papel da representação político-social e é comum a sua utilização pelos políticos locais, especialmente vereadores, que as “ajudam” em troca de votos. Essa prática vem sendo repetida desde o início do século passado, quando a região era



controlada pelos coronéis de cacau e é vista com naturalidade pelos moradores que, contudo, reconhecem a diminuição na sua capacidade de reivindicação devido a esta prática utilitarista existente de parte a parte.

Divididos, fragmentados em interesses diversos e sobrevivendo como podem, os moradores da APA estão cada vez mais distantes da imagem bucólica que se tem a respeito das populações nativas existentes nas UCs e muito mais próximas da globalização midiática, ao que têm acesso franqueado através dos aparelhos de rádio (99,7% têm um deles) e de TV (48,5% têm aparelho em casa). Além disso, 13% das casas têm antena parabólica; 10% têm telefone e, destas, 1% tem acesso discado à Internet. Mas o forte ainda é o rádio: 97,8% o escutam todos os dias e por mais de quatro horas por dia. O rádio, desta forma, é o principal meio de informação utilizado, disputando em agilidade e poder de convencimento com a oralidade<sup>7</sup>, fortemente presente em todas essas localidades (ALBUQUERQUE et al., 2006).

Esta prática torna-se preocupante se considerado o alto índice de analfabetismo no entorno (48,8%) e os que não conseguiram fazer mais que o primeiro grau (41%). Entre esses últimos, 33% admitem que, apesar do primeiro grau, não sabem ler. Assim, entre não alfabetizados e alfabetizados que não sabem ler, somam-se 81,8% de moradores que não lêem nada. Logo, não têm como buscar informações ou conhecimentos através de livros ou outra fonte, ficando com a opinião restrita ao que recebem através da oralidade e seus boatos, do rádio e TV regional. Esses *media*, por sua vez, costumam difundir verdades próprias e geralmente estão atrelados a interesses econômicos e políticos alheios às reais necessidades dessas populações (ALBUQUERQUE E ROCHA, 2006).

Diante do quadro apresentado, e sabendo que essas populações estão inseridas em área privilegiada da Mata Atlântica e de Proteção Ambiental, foi despertado o interesse em saber como elas se relacionam com o meio ambiente; quais os instrumentos de educação ambiental são recebidos e assimilados com vistas ao desenvolvimento sustentado; que programas são aplicados para melhorar suas condições de vida e contribuir para a proteção ambiental e quais os resultados deste processo.

### **Comunicação, Informação e Educação Ambiental**

A comunicação, como assegura Bordenave (2002) “não é um ato isolado nem vários atos individuais desconexos”, mas sim um fluxo contínuo, com muitas origens e

---

<sup>7</sup> A maioria dos nativos tem algum grau de parentesco, mesmo morando em povoados diferentes. Isto faz a informação oral circular rapidamente no entorno da Lagoa, sendo às vezes mais rápida que os *media*, nem sempre disponíveis.



direções, além de conteúdos e formas em mutação permanente. Em se tratando da comunicação proposta pelo Projeto da APA-LE, é necessário lembrar que ela adquire uma função mais abrangente que a de informar fatos e passa a ter o papel preponderante de agente mediador do processo de educação ambiental, o que deveria torná-la ainda mais dinâmica, dialógica e especializada.

É nesse sentido que Ramos (1995) defende a importância de investigar se a comunicação vem cumprindo este papel. Segundo ele, para que se possa implantar um novo padrão de desenvolvimento com equilíbrio ambiental – ou desenvolvimento sustentável – é fundamental que a sociedade esteja mobilizada, o que só acontecerá com o envolvimento da comunicação, que deve utilizar uma linguagem apropriada a cada situação específica. Ou seja, para que haja mobilização social deve haver um projeto adequado de comunicação na sua estruturação (TORO, 1997).

Miége (2000), por sua vez, fortalece este argumento quando afirma que um grupo social só aceita a recepção da informação midiática se esta estiver relacionada “com sua cultura própria, com sua memória social específica e conhecimentos armazenados, com as expectativas e os recursos simbólicos de que esta população faz uso”. Ou seja, o processo de comunicação só se realiza quando há uma identificação entre receptor, emissor, meio e mensagem, linguagem e cultura. Quando há afinidades. Desta forma, a comunicação é conceituada aqui como um processo participativo, que envolve diálogo, troca, interação e afinidades (BARBERO, 2003).

Já para o conceito de informação, foi trabalhada a idéia que implica no não-diálogo, da transmissão “unilateral ou unidirecional de um saber entre alguém que é suposto saber e outros, que são supostos ignorar” as mensagens transmitidas (ALBUQUERQUE, 2004).

Assim, a comunicação ou o ato de comunicar está diretamente relacionado ao compartilhar, enquanto a informação está relacionada ao receber, o que não implica na exclusão de um conceito pelo outro. Ao contrário, comunicação e informação apresentam-se como parte do mesmo processo, estando, contudo, em níveis diferenciados de interação entre emissor e receptor (GUIMARÃES, 2003).

A comunicação “pressupõe o processo de produção, transmissão e armazenagem de informações” (idem), incluindo aí as linguagens e os meios utilizados para este fim. A informação é, portanto, transmitida e mediada pela comunicação.

Quanto à Educação Ambiental, o termo foi utilizado pela primeira vez na Universidade de Keele, Reino Unido, em 1965 (Arruda, 2001). Em 1975, com a realização do I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, o tema ganhou



contornos de campo de estudos e pesquisa, apesar de estar ainda relacionado prioritariamente à conservação da biodiversidade, o que restringia a abordagem a uma visão biológica e, conseqüentemente, reducionista.

Em 1977, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi ampliou os paradigmas estabelecidos até então quando definiu a Educação Ambiental como sendo um processo de reconhecimento de valores e esclarecimento sobre os conceitos, “objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos” (SATO, 2002).

Essa definição, apesar de conceitualmente adequada, não leva em conta, porém, que a Educação Ambiental não está dissociada das diversas discussões existentes no ambientalismo e, por isso, não pode ser limitada a um conceito genérico e, pretensamente unitário. Assim é que, para um entendimento consistente, a Educação Ambiental pode ser descrita como uma estrutura complexa, constituída por sujeitos ecológicos com visões distintas de natureza e sociedade, com interesses e interpretações em permanente conflito e diálogo, de onde resulta um conjunto de práticas que nem sempre são capazes de educar com vistas à conservação e recuperação ambiental (LOUREIRO E ALBUQUERQUE, 2004).

Isso implica em admitir uma *práxis* educativa que, vinculada ao exercício da cidadania, estabeleça um movimento unitário entre teoria e prática, corpo e mente, subjetividade e objetividade, em processo integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação do conjunto das relações sociais, inclusive as econômicas, que definem a base de organização da vida em sociedade (idem). Logo, a Educação Ambiental ocorre quando são estabelecidos meios de superação das formas de dominação, expropriação, coisificação, opressão e exclusão, tanto em relação a grupos sociais quanto em relação aos demais seres vivos e à natureza enquanto totalidade (DUARTE, 2002).

Logo, para pensar a educação ambiental é necessário reconhecer o ser humano como uma espécie integrante da natureza, que possui especificidades próprias que o distingue das demais, entre elas a cultura específica de cada grupo e lugar. Sem entendê-las, não há como se pensar em unidade homem-natureza.

Com esta compreensão, passou-se à análise dos dados.





### **Emissores versus receptores**

O Centro de Recursos Ambientais (CRA), instituição governamental que administra as Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, assinou, em julho de 2000, um convênio com a ONG<sup>8</sup> ambiental Associação Pró-Bacia do Rio Almada (ABARÁ), para a realização do “Projeto Educação Ambiental e Comunicação na APA da Lagoa Encantada”. O Projeto, que a princípio deveria durar um ano, foi renovado outras vezes, até que, em 2002, a ONG passou a ser parte do próprio Conselho Gestor da APA.

Uma das mais belas UCs do país, a APA da Lagoa Encantada foi descrita pela ONG como “uma das mais problemáticas do Brasil” (informação verbal)<sup>9</sup> por apresentar “um extenso contingente de carências socioeconômicas e ambientais distribuídas em extensa zona rural” (idem).

O grande desafio enfrentado por técnicos da entidade e do órgão foi descobrir “formas de promover a sustentabilidade destas comunidades sem prejudicar um dos ecossistemas mais sedutores do sul da Bahia”. Com esta preocupação é que foram criadas as bases de formulação do projeto para o entorno.

Entre outras atividades propostas, o projeto destacou como prioritária a área de comunicação ambiental e propôs a edição de folhetos, cartilhas, programa de rádio, além da edição do jornal “Em Cantos da Lagoa”, com periodicidade que se pretendia mensal.

Os folhetos e cartilhas nunca foram veiculados e o programa de rádio, produzido e apresentado por técnicos e especialistas do CRA foi veiculado através de uma rádio AM local, durando pouco mais de um mês, por falta de audiência e de recursos. Já o jornal, teve outra dinâmica.

O Conselho Editorial do jornal foi formado pela administração da APA, a presidência da ONG e sua tesouraria, agrônomos, biólogos, economistas, filósofos, um jornalista, um diagramador e um fotógrafo. Observou-se que não havia qualquer representante das comunidades locais no conselho editorial, que foi composto por pessoal com nível de formação superior.

Conforme seu editor, o jornal tem por objetivo “subsidiar a população que vive na APA de informações, educando-a e instrumentalizando-a, para atender às necessidades

---

<sup>8</sup> A Organização Não Governamental (ONG) é uma entidade independente da administração pública que pode funcionar como consultora ou executora de ações capazes de melhorar a qualidade de vida da população (BERENSTEIN, 2002, p.187).

<sup>9</sup> Informação prestada por Marcos Luedy, em entrevista à pesquisadora, em maio de 2004.





inerentes a uma UC”. Além disso, busca “divulgar as atividades do projeto e servir de veículo de integração entre os moradores” (idem).

Sempre teve ligação com órgãos oficiais, sendo financiado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e fiscalizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Turismo (SUDETUR), contando com a participação do CRA, como órgão interveniente, de prefeituras e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), como parceiros.

A interferência desses órgãos no conteúdo do jornal é indireta, conforme o coordenador da ONG e editor do jornal, para quem “existe uma parceria e um interesse em divulgar a política de turismo e gestão ambiental realizada por estes órgãos, o que não significa que exista qualquer tipo de censura ou limitação imposta ao conteúdo do jornal”. Mas os custos são totalmente pagos com recursos provenientes do PRODETUR, SUDETUR e CRA, não havendo a comercialização de espaços para terceiros. Apenas o jornalista responsável (e coordenador da ONG), o diagramador e o fotógrafo são remunerados por edição, com valores variáveis entre R\$ 200,00 e R\$1.000,00.

O veículo nunca teve periodicidade garantida, o que prejudicou a sua sedimentação no seio da comunidade alvo, conforme avaliação do coordenador. Foi iniciado em novembro de 2000, com o número 1, tendo mais três edições posteriores, financiadas pelo CRA. Um convênio seguinte (com o PRODETUR/SUDETUR), financiou mais três edições, totalizando sete até 2003. Finalmente, em 2004, mais um convênio proporcionou a edição de outra edição (em janeiro), e mais seis até o final do ano, o que significa 13 edições em 50 meses e a média de uma edição quadrimestral.

A partir de 2005, com a incorporação de novas áreas na APA da Lagoa Encantada<sup>10</sup>, o jornal passou a ter veiculação ainda mais esporádica, somente sendo editado quando da ocorrência de algum evento importante relacionado ao Conselho Gestor. “Esta falta de periodicidade, prejudicou bastante o atingir dos objetivos”, assegura o editor.

Isso é agravado pela tiragem (de 1 a 3 mil exemplares), considerada baixa para o número de moradores do entorno original, que é superior a 23 mil pessoas e muito mais para o entorno atual, com população superior a 500 mil habitantes.

A distribuição do jornal é feita pela própria equipe, na área urbana de Ilhéus e Itabuna e pela gerência da APA, nas comunidades, o que significa dizer que, apesar de ser

---

<sup>10</sup> Um decreto governamental que entrou em vigor em 2005, apesar de assinado em 2003, ampliou a área territorial da APA, incorporando outros sete municípios. Esta mudança não é aprofundada neste trabalho, que se limita à APA original.



oficialmente destinado às populações internas, o jornal atende principalmente às necessidades de divulgação externa do Conselho Gestor, inclusive para a captação de investimentos e projetos. Logo, a linguagem utilizada procura atender a públicos letrados, o que aponta para o risco de não atingir o morador da APA que, além de não alfabetizado, tem dificuldade em compreender linguagens distantes do seu dia a dia.

Os temas e assuntos abordados têm pautas definidas em função das atividades do Projeto e Plano de Gestão da APA e as matérias são elaboradas por especialistas e técnicos da área ambiental, em uma linguagem inacessível para a maioria, o que também ainda mais o entendimento.

Representantes de comunidades (informação verbal)<sup>11</sup>, afirmam que “o jornal não é para a população nascida e criada aqui. Ele é uma prestação de contas do que está sendo feita pelo governo com a ONG” e que “funciona mais para divulgar a ONG que as coisas que a gente precisa”. Açam que “não educa ou conscientiza ninguém daqui” porque, “a escrita é muito complicada”. E dizem ainda que “a parte da gente no conselho gestor não participa do jornal”, principalmente porque “somos pessoas sem muita letra”.

Para o editor<sup>12</sup>, apesar disso, houve “fortalecimento da comunicação ambiental no âmbito das APAs regionais”, todas possuidoras de “jornais próprios, feitos nos mesmos moldes e voltados para as mesmas finalidades”, ou seja, confeccionados por ONGs para atender aos mesmos objetivos. Diante disso, pode se supor que a maioria da população inserida nessas APAs continua à margem dessa dinâmica comunicacional implantada pelas ONGs, através de recursos governamentais.

O outro ganho apontado pelo jornalista-editor é que o jornal “representa as comunidades envolvidas, valorizando sua cultura, otimizando seus potenciais e integrando-as”. Ou seja, através do jornal, a APA e suas comunidades teriam hoje representatividade externa e “visibilidade diante dos órgãos governamentais locais, regionais e estaduais”, o que contribuiu para “atrair recursos capazes de atender às demandas” (idem).

Esta visão mostra-se completamente deslocada da realidade apontada pelos moradores, uma vez que, para 92% deles, a proposta do jornal e a existência da APA ainda são elementos desconhecidos ou distantes do seu conhecimento, do meio ambiente em que vivem e das suas próprias necessidades. Ou seja, são ações ainda vagas e insuficientes para que haja qualquer avaliação positiva do trabalho comunicacional realizado.

---

<sup>11</sup> Informação prestada por Cláudia Coelho e Ricardo Vasquez, líderes comunitários do Mar e Sol/Juerana e por Deud Neris, líder comunitário da Vila de Areias.

<sup>12</sup> Entrevista concedida pelo editor do jornal, jornalista Marcos Luedy, em junho de 2004.



Conforme constatado, apesar de 98% da população afirmar o interesse em receber informações ambientais e especialmente ações de educação ambiental que os ensine a lidar com o meio em que vivem e de onde tiram o sustento, estas ações ainda precisam ser construídas, o que não se dará *através* do jornal, mas sim da organização e mobilização popular, com *apoio* do jornal e de outras formas comunicacionais, mais adequadas e direcionadas à capacidade receptiva destas populações.

Discordando dessa visão, o jornal da APA diz que “a verdadeira comunicação ambiental não é somente um elemento de apoio” e que sua missão é “substituir paradigmas retrógrados e alimentar uma consciência holística coletiva” (EM CANTOS DA LAGOA, nº 8, p.2). Ou seja, o jornal compreende como *sua* a tarefa de “educar a população na perspectiva ambiental” (idem), o que aponta para uma tendência à extrapolação de funções e a falta de visão sobre o que sejam as necessidades reais das populações do entorno e os múltiplos processos que envolvem a educação ambiental.

Apropriadamente, neste caso, Berna (JORNAL DO MEIO AMBIENTE, 06/07/2004), lembra que “a comunicação ambiental, como técnica e instrumento, tanto pode estar a serviço da defesa do meio ambiente, quanto movida por interesses individuais ou corporativos” e Bahia (1990) reafirma que a energia que alimenta o fazer jornalístico “resulta quase sempre da independência profissional e da independência do veículo”.

As duas citações remetem de volta ao questionamento sobre o jornal da APA que, sendo coordenado por uma ONG, mas financiado por instituições e órgãos governamentais, tem, na sua concepção, pelo menos dois interesses distintos e que não necessariamente são os mesmos da população da APA. Logo, não cabe ao jornalista – nem ao jornal – se autodenominar representante das comunidades, cabendo a estas fazê-lo espontaneamente.

### **Conclusões**

A diferença de visão sobre o papel da comunicação - que nada tem de semântica - é o que distingue um trabalho efetivamente popular de outro, distanciado da coletividade e frágil na capacidade de gerar a mobilização social considerada pelas Agendas 21 global e brasileira como fundamental para a defesa do planeta. A diferença entre uma proposta e outra, assim, está basicamente na origem do discurso: enquanto um é construído *com* a população, outro é construído *para* a população, ficando distante dela, que apenas o contempla, mas não o entende e, logo, não se identifica com ele. Assim, a comunicação pretendida não se realiza.



Essa idéia lembra outra, de Paulo Freire (2002), quando classificou o modelo tradicional de educação como sendo uma “educação bancária”, onde os “educandos” são considerados como “depósitos vazios”, a serem preenchidos com o conteúdo dado pelos “educadores”. Ocorre que nenhum ser humano é culturalmente “oco”. Todos trazem nos seus repertórios individuais as experiências de vida, os hábitos, costumes e saberes próprios, conquistados através da convivência consigo, com o outro e com os seus ambientes, em diálogos e aprendizados constantes e inesgotáveis.

Sobre isso, Loureiro (2004) defende que a educação é um elemento de “transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania plena, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade”. Assim, nesta perspectiva popular de Educação Ambiental, “nos educamos dialogando com nós mesmos, com aquele que identificamos como sendo de nossa comunidade, com a humanidade [...]”. Isso significa “contrapor-se às formas identificadas como educativas que se esgotam no passar conteúdos vazios de sentido prático e fora de contexto, em afirmar certas condutas normatizadas e padrões culturais a serem seguidos por todos” (idem).

Observando essas premissas, considera-se que o trabalho comunicacional realizado na APA da Lagoa Encantada e, segundo o coordenador do projeto, em todas as demais áreas da Bahia, está tão descolado das perspectivas populares da Educação Ambiental quanto da capacidade de compreensão das populações às quais se destina. Talvez isso explique porque as condições ambientais e qualidade de vida das populações inseridas na APA da Lagoa Encantada estão cada vez mais deterioradas.

O Projeto de “desenvolvimento através do turismo” implantado pelo Governo da Bahia através do PRODETUR e que exigia um trabalho intenso de Educação Ambiental voltado para as populações das APAs e turistas, nunca foi realizado conforme o proposto. Fomentou-se o turismo; a população aumentou (muitos migraram para estas áreas em busca de qualidade de vida ou emprego); novos empreendimentos foram abertos, mas, efetivamente, as populações locais permaneceram à margem deste desenvolvimento nada sustentável.

Sem qualificação adequada, a maioria dos moradores das APAs permanecem desempregados e voltam-se para atividades que resultam por deteriorar ainda mais o seu já degradado meio ambiente, como a pesca predatória, a derrubada de matas e outras.

Aliado a isso – e novamente por falta do trabalho intensivo em Educação Ambiental - os turistas agem de modo ainda pior, deixando um rastro de destruição e sujeira por onde



passam. Nesse compasso e tal como praticado, a idéia de formação das APAs - a de proteção do meio ambiente e melhoria na qualidade de vida das populações locais – está cada vez mais passível de questionamentos e críticas. Assim como os métodos usados pelas ONGs para praticar o que chamam de “comunicação ambiental voltada para a educação das populações tradicionais” e que, conforme discutido aqui, está longe de atingir o pretendido.

### **Referências bibliográficas**

ALBUQUERQUE, E.C.P.T. de. **A Comunicação Impressa em Áreas de Proteção Ambiental-estudo de caso da APA da Lagoa Encantada, em Ilhéus-Bahia**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), PRODEMA/UDESC, 2004.

\_\_\_\_\_; ROCHA, M. M.da. **Coronelismo e História do Jornalismo na região cacauera da Bahia**. In: CD-ROM do 4º Encontro Nacional de História da Mídia da Rede ALCAR. São Luiz:AMI, 2006.

\_\_\_\_\_. et al. **A oralidade como elemento turístico e ambiental – observações sobre o imaginário popular da Lagoa Encantada, Ilhéus/Bahia**. In: TREVISAN, Salvador (org). Comunidades Sustentáveis a partir do Turismo com Base Local, p. 151-161. Ilhéus: Editus, 2006.

ARRUDA, M. P. S. de. **Educação e Sustentabilidade: o projeto Educação Ambiental no Ensino Básico do Brasil - Muda o mundo, Raimundo!** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa EICOS/UFRJ, 2001.

**BAHIA, Governo do Estado**. Diagnóstico do Meio Físico, Biótico e Sócio-econômico da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada. **Salvador: SCT/CODETUR, 1996**.

\_\_\_\_\_. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada e do Parque Estadual do Conduru. **Salvador: SCT, 1997**.

\_\_\_\_\_. **Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo/Bahiatursa, 1994.

BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica**. São Paulo, 1990.

BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo. **Roteiros ecoturísticos da Bahia: Costa do Cacau**. Salvador: A Secretaria, 2000.

BAHIA, Secretaria da Educação. **Educação em números: Bahia –2001**. Salvador: A Secretaria, 2001.

BERENSTEIN, S.G. **Ecoturismo e Comunicação: quem não se comunica, se trumbica**. Salvador: SCT, 2002.

BERNA, V. **Dez mandamentos da Comunicação Ambiental**. Jornal do Meio Ambiente. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.jornaldomeioambiente.com.br>. Acesso em 06/07/2004.

BORDENAVE, J. Diaz. **Além dos Meios e Mensagens**. 10ªed. Petrópolis: Vozes, 2002.



CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS – CRA. **Cadastro das Unidades de Conservação do Estado da Bahia**. Salvador: Seplantec, 1994.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CEPRAM. **Resolução nº 1334, de 19 de dezembro de 1996**. Salvador: CEPRAM, 1996.

DUARTE, R. **Adorno/Horkheimer e a Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOVERNO FEDERAL. **Lei 9.985, de 19 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação**.

GUIMARÃES, L. **As cores na mídia. A organização da cor-informação no jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2003.

ILHÉUS, Governo Municipal de. **Agenda 21 de Ilhéus: Rumo ao século XXI**. Ilhéus: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados preliminares do censo 2000: Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **PNAD: Bahia**. Disponível em <<http://www.ba.gov.br>> e <http://www.ibge.gov.br>.

JORNAL EM CANTOS DA LAGOA. Ilhéus: ABARÁ/Gráfica Mesquita, 2002-2004. Quadrimestral.

JORNAL TERRA MORENA. Ilhéus: DKL, 1999-2002. Quinzenal.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_; ALBUQUERQUE, E.C.P.T. **Sustentabilidade, exclusão e transformação social: Contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil**. In: Ambiente & Educação, FURG - Rio Grande do Sul, v. 9, p. 85-104, 2004.

MARQUES DE MELO, J. **Papel da comunicação no desenvolvimento das populações rurais**. In: Cadernos de Jornalismo e Comunicação, Rio de Janeiro, nº 24, p. 59-64, maio/junho, 1970.

MARTIN BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações - comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ED UFRJ, 2003.

MIÈGE, B. **O Pensamento Comunicacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira. Ações prioritárias**. Brasília, 2000.

RAMOS, L. F. A. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RiMa, 2002.



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E SOCIAL DA BAHIA -SEI.  
Disponível em <<http://www.ba.gov.br>>.

TORO, J. B. A.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997.